

## S07

PERITO OFICIAL CRIMINAL •

## Ciências Sociais Aplicadas

### Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

\* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

**Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!**

### Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchidos e assinados.



22 de fevereiro



80 questões



14 às 19h



5h de duração\*

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes)

nº de ordem

<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

## Observações

Para prestar a Prova Escrita com questões objetivas, o candidato receberá um **caderno de questões** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de provas não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.

## Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

5 questões

#### Texto 1

#### Impacto da Inteligência Artificial no Pensamento Crítico

No mundo contemporâneo, a inteligência artificial (IA) está se tornando uma ferramenta indispensável em diversas áreas, desde a medicina até o marketing digital. No entanto, um estudo recente realizado pela Microsoft em parceria com a Universidade Carnegie Mellon levanta preocupações significativas sobre o impacto dessa tecnologia nas habilidades cognitivas humanas.

A pesquisa revela que a dependência de instrumentos de IA para a execução de tarefas rotineiras pode levar a uma diminuição do pensamento crítico, uma habilidade essencial para a resolução de problemas complexos. Os cientistas alertam que, embora a IA aumente a eficiência, ela também reduz o engajamento crítico dos usuários, especialmente em ambientes onde a supervisão se torna mais comum do que a execução direta de tarefas.

Dentro desse contexto, profissionais de marketing e tecnologia devem refletir sobre seu papel na integração de IA em seus processos, garantindo que o uso dessas tecnologias fortaleça, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas no longo prazo.

#### Desafios do Uso de IA no Trabalho

O estudo mencionou que a utilização de IA permitiu a realização de tarefas mais eficientes, mas também destacou que uma confiança excessiva nessas tecnologias pode resultar em um pensamento analítico superficial. Situações comuns onde isso ocorreu incluem a criação de apresentações por professores usando o DALL-E e traders que utilizam o ChatGPT da OpenAI para gerar recomendações estratégicas.

A pesquisa envolveu 319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA. Muitos participantes mencionaram que sentiram uma redução na necessidade de exercício do pensamento crítico quando as respostas geradas pareciam confiáveis, mas se envolveram mais criticamente quando percebiam ainda alguma incerteza nas soluções propostas pela IA.

#### Fatores Influenciadores do Pensamento Crítico

Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico. O estudo revelou que sob condições de pressão de tempo, a habilidade de pensar de forma crítica tende a diminuir. Por outro lado, cenários de alto risco podem aumentar essa capacidade, uma vez que um erro pode ter consequências sérias.

Essas observações são fundamentais para empresas que buscam integrar IA em suas operações. Criar ambientes que incentivem a análise crítica e reflexão pode ser essencial para maximizar os benefícios da IA sem sacrificar as capacidades cognitivas dos colaboradores.

[...]

#### Regulando a Dependência Cognitiva

Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a "atrofia" cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário. Isso pode incluir metodologias que ajudam os usuários a desenvolverem suas habilidades analíticas, como verificar fatos e analisar argumentos complexos.

A IA deve ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas. Esta abordagem motivacional pode ser o diferencial para criar um ecossistema digital mais robusto e sustentável.

#### A Nova Era da Inteligência Coletiva

Conscientes das pressões tecnológicas, empresas e indivíduos precisam adotar uma postura crítica e consciente sobre como a IA é incorporada em nossa rotina profissional e pessoal. Aqueles que equilibram essa adaptação com o fortalecimento de suas habilidades cognitivas estarão, sem dúvida, mais bem preparados para moldar o futuro.

Rodrigo Neves  
Presidente Nacional da AnaMid  
CEO da VitaminaWeb

Fonte: <https://www.anamid.com.br/impacto-da-inteligencia-artificial-no-pensamento-critico>

1. De acordo com o **Texto 1**, a inteligência artificial influencia o exercício do pensamento crítico não por sua existência enquanto tecnologia, mas principalmente porque:

- a.  introduz erros frequentes e imprevisíveis, exigindo que o usuário abandone critérios racionais de avaliação.
- b.  acelera processos cognitivos complexos, tornando o pensamento crítico algo que se faz automaticamente.
- c.  ao não ter interação com outros humanos, interagindo apenas com a máquina, o usuário acaba se isolando e perdendo sua capacidade de supervisão e criticidade.
- d.  resulta da substituição progressiva do pensamento crítico por mecanismos automáticos de avaliação emocional, nos quais as decisões passam a ser orientadas por preferências subjetivas estimuladas pela interface das ferramentas de IA.
- e.  ao gerar respostas percebidas como confiáveis em tarefas rotineiras, desloca o usuário da execução ativa para uma postura de supervisão, reduzindo a necessidade de engajamento analítico contínuo.

2. Considere o período:

“Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico.”

Assinale a alternativa **correta** quanto ao tipo de sujeito da oração principal.

- a.  Oração sem sujeito.
- b.  Sujeito indeterminado.
- c.  Sujeito determinado oculto.
- d.  Sujeito determinado simples.
- e.  Sujeito determinado composto.

3. Levando em consideração o período do **Texto 1**:

“Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a ‘atrofia’ cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário.”

Assinale apenas o segmento do período que se configura como uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

- a.  para minimizar a atrofia cognitiva
- b.  é garantir que as ferramentas de IA
- c.  garantir o aprendizado do usuário
- d.  uma das principais recomendações da Microsoft
- e.  que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário

4. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, qual diferença se estabelece entre o tratamento conferido ao Presidente da República e ao Vice-Presidente da República nos textos oficiais?

- a.  O uso de Vossa Senhoria substitui Vossa Excelência quando o destinatário ocupa a Vice-Presidência da República, conforme norma geral do Manual.
- b.  O Presidente da República é tratado por Vossa Senhoria no corpo do texto, ao passo que o Vice-Presidente da República é tratado por Vossa Excelência.
- c.  O tratamento Excelentíssimo Senhor aplica-se tanto ao Presidente quanto ao Vice-Presidente da República, utilizando a mesma forma também de abreviação.
- d.  O vocativo Senhor é exclusivo do Presidente da República, enquanto o Vice-Presidente da República deve ser tratado por Vossa Senhoria em todas as partes do texto.
- e.  O Presidente da República deve ser tratado, no vocativo, como Excelentíssimo Senhor Presidente da República, enquanto o Vice-Presidente recebe, no vocativo, o tratamento Senhor Vice-Presidente da República, embora ambos sejam tratados no corpo do texto por Vossa Excelência.

5. Em redação oficial, segundo as normas estabelecidas pelo Manual de Redação da Presidência da República, como deve ser grafado, em e-mail ou documento oficial, o termo que indica o exercício do cargo de forma interina ou como substituto?

- a.  O termo interino ou substituto deve estar disposto logo após a função, sem hífen e com inicial minúscula. Ex.: Diretor-Geral interino
- b.  O termo interino ou substituto deve estar disposto logo após a função, acompanhado de hífen obrigatório e com inicial minúscula. Ex.: Diretor-Geral-interino
- c.  O termo interino ou substituto deve estar disposto antes da nomenclatura da função exercida pelo servidor, com inicial maiúscula e hífen posterior. Ex.: Interino-Diretor-Geral
- d.  O termo interino ou substituto deve ser redigido entre parênteses ou colchetes, após a função exercida pelo servidor. Ex.: Diretor-Geral (interino)
- e.  O termo interino ou substituto deve estar disposto logo após a função, sem hífen e com inicial maiúscula. Ex.: Diretor-Geral Interino

**Língua Inglesa**

5 questões

Criminal forensics, also known as forensic science, is a field that applies scientific methods and technical knowledge to the investigation of crimes. Forensic experts analyze physical evidence collected from crime scenes, such as fingerprints, DNA, weapons, documents, and digital data. **Their** work aims to reconstruct events and provide reliable technical evidence to support the criminal justice system. They also play a vital role in criminal investigations because they apply scientific knowledge to examine evidence related to crimes.

Forensic professionals must act with objectivity, **impartiality**, and scientific rigor. Proper evidence handling, including documentation and preservation, is essential to maintain the integrity of the evidence. One of the most important responsibilities of a criminal expert is maintaining objectivity. Instead of focusing on proving guilt or innocence, the expert's duty is to analyze evidence in an impartial and scientific manner. This ensures that the conclusions presented in forensic reports are reliable and can be used in court.

One of the most important principles ..... forensic work is the chain ..... custody, which ensures that all evidence is properly tracked ..... collection ..... final presentation in court.

Another key aspect of the criminal expert's work is evidence preservation. Crime scenes must be **carefully** protected to avoid contamination or loss of material. The expert documents each step of the evidence handling process through the chain of custody, which records who collected the evidence, how it was stored, and when it was transferred.

By providing accurate and well-documented technical reports, criminal experts support the justice system and contribute to fair legal decisions.

**6.** Which alternative presents the **correct** prepositions that are missing in the third paragraph of the text?

- a.  at • for • from • by
- b.  by • for • from • to
- c.  in • of • from • to
- d.  in • off • about • at
- e.  on • off • from • to

**7.** According to the passage, which of the following affirmatives can be inferred from the text?

- 1. The main purpose of criminal forensics is to provide scientific and technical evidence for legal proceedings.
- 2. A forensic expert is primarily responsible for representing the prosecution in court.
- 3. Forensic professionals must be impartial, which means they should analyze evidence objectively and scientifically.
- 4. Evidence preservation at a crime scene is important because it speeds up the trial process.
- 5. DNA analysis in forensic science is mainly used to replace fingerprint analysis.

Choose the alternative which contains the **correct** affirmatives.

- a.  Only affirmative 2 is correct.
- b.  Only affirmative 4 is correct.
- c.  Only affirmatives 1 and 3 are correct.
- d.  Only affirmatives 2 and 5 are correct.
- e.  Only affirmatives 3 and 4 are correct.

**8.** Match Column 2 with the correct meanings of the words in Column 1.

**Column 1** Words

- 1. duty
- 2. accurate
- 3. aim
- 4. reliable
- 5. avoid

**Column 2** Meanings

- ( ) able to be trusted.
- ( ) intend.
- ( ) repudiate.
- ( ) a moral or legal obligation.
- ( ) correct in all details; exact.

Choose the alternative which presents the **correct** sequence, from top to bottom.

- a.  1 • 2 • 4 • 5 • 3
- b.  2 • 4 • 1 • 3 • 5
- c.  3 • 5 • 2 • 4 • 1
- d.  4 • 3 • 5 • 1 • 2
- e.  5 • 1 • 3 • 2 • 4

9. Study these sentences and decide if they are true (T) or false (F), according to structure and grammar use.

- ( ) The word **their** in the first paragraph: *Their work aims to reconstruct events and provide reliable...*, refers to **Forensic experts**.
- ( ) The underlined word in the second paragraph, *must*, is an example of a modal verb and it expresses strong duty.
- ( ) The expression *the most important...* is an example of the comparative of equality degree.
- ( ) The negative form of the sentence *This ensures that the conclusions presented in forensic reports are reliable and can be used in court.* is *This don't ensure that the conclusions presented in forensic reports are not reliable and couldn't be used in court.*
- ( ) The word **key** in *Another key aspect of the criminal expert's work is evidence preservation.* can be replaced by **essential** without changing its meaning.

Choose the alternative which presents the **correct** sequence, from top to bottom.

- a.  T•T•F•T•F
- b.  T•T•F•F•T
- c.  T•F•T•F•F
- d.  F•T•F•T•F
- e.  F•F•T•T•T

10. Study these sentences and decide if they are true (T) or false (F), according to vocabulary, structure and grammar use.

- ( ) The following words from the text **support**, **expert** and **data** mean in Portuguese, respectively: *suportar*, *esperto* and *data*.
- ( ) In the sentence *Another key aspect of the criminal expert's work is evidence preservation*, the apostrophe **s ('s)**, indicates that the work is related to the expert.
- ( ) In the sentence *They also play a vital role in criminal investigations...* the underlined word means *to have a crucial function in something's success*.
- ( ) The indirect speech of the following sentence from the text *This ensures that the conclusions presented in forensic reports are reliable and can be used in court.* is *This ensured that the conclusions presented in forensic reports were reliable and could be used in court.*
- ( ) The words **impartiality** (second paragraph) and **carefully** (fourth paragraph) are examples of adverbs.

Choose the alternative which presents the **correct** sequence, from top to bottom.

- a.  T•T•T•T•F
- b.  T•F•T•F•T
- c.  T•F•F•F•T
- d.  F•T•T•T•F
- e.  F•F•F•T•T

## Matemática e Raciocínio Lógico 10 questões

11. Em um conjunto de 80 vestígios cadastrados, seja F o subconjunto dos vestígios fotografados e D o subconjunto dos vestígios com cadeia de custódia digital registrada.

Sabe-se que: F tem 50 elementos, D tem 38 elementos e a intersecção de F e D tem 22 elementos.

Quantos vestígios possuem exatamente um dos dois registros (foto ou cadeia digital, mas não ambos)?

- a.  28
- b.  34
- c.  44
- d.  56
- e.  66

**12.** Em um procedimento de recebimento de vestígios, o manual interno estabelece:

“Se o lacre do invólucro está íntegro, então o vestígio é aceito como não violado.”

Qual alternativa expressa uma ideia logicamente equivalente, mantendo o sentido do protocolo?

- a.  Se o vestígio é aceito como violado, então o lacre não está íntegro.
- b.  Se o vestígio é aceito como não violado, então o lacre está íntegro.
- c.  Se o lacre não está íntegro, então o vestígio é aceito como violado.
- d.  O lacre estar íntegro é condição necessária para o vestígio ser aceito como não violado.
- e.  Se o vestígio é aceito como não violado, então o lacre não está íntegro.

**13.** Durante a análise de um vídeo entregue para perícia, o setor trabalha com o seguinte procedimento técnico:

- “Se o vídeo foi extraído diretamente do equipamento original, então o arquivo gerado terá o código de verificação (resumo criptográfico) exatamente igual ao registrado no momento da coleta.”
- “Se o código de verificação não confere com o registrado, então o vídeo não pode ser considerado tecnicamente confiável.”

No caso analisado, ficou registrado o seguinte fato:

- “O vídeo foi considerado tecnicamente confiável.”

Com base apenas nessas informações, o que obrigatoriamente é verdadeiro?

- a.  O código de verificação conferiu com o registrado.
- b.  O vídeo foi extraído diretamente do equipamento original.
- c.  O vídeo poderia ser considerado tecnicamente confiável mesmo que o código de verificação não conferisse.
- d.  Se o vídeo não foi extraído do original, então o código de verificação não confere.
- e.  Não é possível concluir nada sobre o código de verificação.

**14.** Em um laboratório de perícia digital, a quantidade de imagens forenses validadas é diretamente proporcional ao número de peritos atuando, ao número de horas trabalhadas por dia, ao número de dias de trabalho e ao número de estações de processamento disponíveis (mantidas as mesmas condições técnicas e o mesmo padrão de qualidade).

Sabe-se que 6 peritos, trabalhando 5 horas por dia durante 4 dias, com 2 estações de processamento, validam 240 imagens forenses.

Em uma operação maior, atuarão 9 peritos, por 6 horas por dia durante 5 dias, com 3 estações. Porém, por exigências de procedimento (registro e conferência de integridade, documentação e conferência de cadeia de custódia), 10% do tempo total de trabalho será destinado a atividades que não produzem validações.

Quantas imagens forenses serão validadas nessa operação?

- a.  Mais de 740
- b.  Mais de 735 e menos de 740
- c.  Mais de 730 e menos de 735
- d.  Mais de 725 e menos de 730
- e.  Menos de 725

**15.** Em um exame de comparação de resíduos, três tipos de partículas X, Y, Z são quantificadas indiretamente por três leituras instrumentais  $L_1$ ,  $L_2$ ,  $L_3$ .

Sob condições controladas (sem ruído e com calibração válida), o laboratório modela as leituras como combinações lineares das quantidades (em unidades arbitrárias) de X, Y, Z:

$$\begin{aligned} \blacksquare L_1 &= X + 2Y + Z \\ \blacksquare L_2 &= 2X + Y + Z \\ \blacksquare L_3 &= X + Y + 2Z \end{aligned}$$

Para uma amostra, obteve-se:  $L_1 = 8$ ,  $L_2 = 9$ ,  $L_3 = 7$ .

Neste caso, a soma das quantidades X, Y, e Z é:

- a.  6
- b.  8
- c.  10
- d.  12
- e.  14

16. Um perito mede a altura de um orifício em uma parede usando um clinômetro. Ele se posiciona a 25 m da parede, com o clinômetro a 1,50 m do solo, e mede ângulo de elevação de  $18^\circ$  até o orifício.

Use  $\tan(18^\circ) = 0,325$ .

A altura do orifício em relação ao solo é, aproximadamente:

- a.  Maior que 9,7 m  
 b.  Maior que 9,6 m e menor que 9,7 m  
 c.  Maior que 9,5 m e menor que 9,6 m  
 d.  Maior que 9,4 m e menor que 9,5 m  
 e.  Menor que 9,4 m.

17. Em um ajuste de calibração, três fatores  $x$ ,  $y$ ,  $z$  (correções) devem satisfazer o sistema:

$$\begin{cases} kx + y + z = 1 \\ x + ky + z = 1 \\ x + y + kz = 1 \end{cases}$$

onde  $k$  é um parâmetro real definido pela rotina do equipamento.

O produto dos possíveis valores de  $k$ , para os quais o sistema acima não tem solução única, é:

- a.  -2  
 b.  -1  
 c.  0  
 d.  1  
 e.  2

18. Em um laboratório pericial, cada amostra coletada passa por duas etapas independentes antes de ser liberada para análise: triagem e conferência documental.

Em média:

- 3% das amostras falham na triagem (são reprovadas nessa etapa);
- 2% das amostras falham na conferência documental (são reprovadas nessa etapa);

Considere que as falhas nas duas etapas são independentes.

Qual é a probabilidade de uma amostra ser reprovada em pelo menos uma das duas etapas?

- a.  Maior que 5,01%  
 b.  Maior que 4,96% e menor que 5,01%  
 c.  Maior que 4,91% e menor que 4,96%  
 d.  Maior que 4,86% e menor que 4,91%  
 e.  Menor que 4,86%

19. Cinco peritos {A, B, C, D, E} devem ser designados para três cenas distintas (Cena 1, 2 e 3); um perito por cena, sem repetição.

Sabe-se que A deve obrigatoriamente ir para a Cena 1 e que B e C não podem ambos estar entre os designados para as Cenas 2 e 3 (isto é, é proibido usar B e C simultaneamente nas Cenas 2 e 3).

Quantas designações são possíveis?

- a.  6  
 b.  8  
 c.  9  
 d.  10  
 e.  12

20. Em um software de reconstituição, um ponto no plano é representado por  $z = x + iy$ . O ponto  $z = 3 - 4i$  é rotacionado de  $90^\circ$  no sentido anti-horário em torno da origem, o que corresponde à multiplicação por  $i$ .

Qual é o novo ponto?

- a.   $-4 - 3i$   
 b.   $-3 + 4i$   
 c.   $3 + 4i$   
 d.   $4 - 3i$   
 e.   $4 + 3i$

## Noções de Direito Penal e Processual Penal

5 questões

21. Assinale a alternativa **correta** acerca dos crimes contra o patrimônio.

- a.  O crime contra o patrimônio poderá ser considerado qualificado quando for possível a atenuação da pena ou a sua substituição por medidas alternativas.
- b.  Os crimes contra o patrimônio praticados sem o uso de violência são considerados imprescritíveis.
- c.  Aquele que se apropria de bem, cuja guarda lhe foi legitimamente conferida pelo seu proprietário, comete o crime de receptação.
- d.  O crime de roubo difere do crime de furto em razão da violência ou grave ameaça realizada contra o objeto do delito.
- e.  O crime de furto se consuma quando o agente da infração penal passa a ter o poder sobre o objeto do furto.

**22.** Assinale a alternativa **correta** em relação à culpabilidade.

- a.  O consentimento da vítima é causa obrigatória de isenção de culpabilidade.
- b.  A culpabilidade do agente poderá ser excluída em razão de obediência hierárquica.
- c.  A embriaguez do autor do crime afasta totalmente a sua culpabilidade.
- d.  Quando a ação do agente está prevista em um tipo penal, pode-se dizer que há sempre culpabilidade.
- e.  A legítima defesa, quando relacionada ao grau de culpabilidade do agente, exclui a ilicitude da sua conduta.

**23.** Assinale a alternativa **correta** acerca dos sujeitos da infração penal.

- a.  Apenas a pessoa física poderá ser sujeito passivo de uma infração penal.
- b.  Qualquer pessoa poderá ser sujeito ativo de uma infração penal.
- c.  O Estado que teve a sua norma penal violada é o sujeito passivo formal de uma infração penal.
- d.  O sujeito ativo formal de uma infração penal é aquele que pratica uma conduta delituosa e, ao mesmo tempo, sofre os efeitos negativos do crime perpetrado.
- e.  Um agente será considerado sujeito ativo de uma infração penal quando praticar uma conduta com dolo.

**24.** Assinale a alternativa **correta** acerca do inquérito policial.

- a.  Todos os atos e procedimentos realizados ao longo do inquérito policial deverão ser documentados.
- b.  Por ser considerado um procedimento inquisitivo, a conclusão final da autoridade policial possui valor preponderante para a condenação do acusado.
- c.  O inquérito policial tem a mesma função jurisdicional da ação penal porque em ambos ocorre a busca pela autoria e materialidade de uma infração penal.
- d.  Por se tratar de um procedimento preliminar, deverá tramitar em sigilo, sendo vedado o seu acesso a qualquer dos investigados.
- e.  A ausência de contraditório e ampla defesa durante a fase do inquérito policial são causas de nulidade do procedimento.

**25.** Assinale a alternativa **correta** acerca do inquérito policial.

- a.  Após a conclusão do inquérito policial, a polícia judiciária decidirá se dará prosseguimento à ação penal decorrente do crime investigado.
- b.  O inquérito policial é um procedimento de natureza administrativa destinado à reunião de informações preliminares que possibilitem o ajuizamento ou não de uma ação penal.
- c.  O Ministério Público é o órgão titular do inquérito policial, sendo a polícia judiciária um ator auxiliar para a apuração da autoria e materialidade de uma infração penal.
- d.  A condução do inquérito policial é atribuição exclusiva das forças militares e tem por objetivo apurar a materialidade e os indícios de autoria de um crime.
- e.  O inquérito policial é o conjunto de diligências realizadas pela vítima e seus familiares com o objetivo de levantar provas que apontem para a autoria e materialidade de uma infração penal.

## Noções de Direito Constitucional e Administrativo 5 questões

**26.** Assinale a alternativa **correta** em relação à administração pública.

- a.  O servidor público de cargo efetivo poderá ser readaptado para o exercício em cargo com outras atribuições quando não se adaptar às atribuições do seu cargo originário.
- b.  Nenhuma espécie de parcela pecuniária poderá exceder ao limite do teto constitucional, que, hoje, é subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.
- c.  O servidor público será diretamente responsável pelos atos praticados que, no exercício da sua função, causarem danos a terceiros.
- d.  Todo ato ilícito praticado por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízo ao erário, bem como as respectivas ações de ressarcimento, são considerados imprescritíveis.
- e.  O servidor público não perderá o vínculo com o regime próprio de previdência durante o prazo de afastamento para o exercício de mandato eletivo.

27. Assinale a alternativa **correta** acerca da responsabilidade civil do Estado.

- a.  A responsabilidade civil do Estado poderá ser afastada quando estiverem presentes, além do nexo de causalidade, os seguintes elementos: i. coação; ii. culpa de terceiro; e iii. boa-fé.
- b.  Sempre que um terceiro sofrer um dano praticado por qualquer agente estatal, o Estado deverá responder civilmente.
- c.  Não havendo má-fé, o Estado não poderá ser responsabilizado por ato de seus prepostos que tenham causado danos a terceiros.
- d.  A responsabilidade civil objetiva do Estado não se confunde com a responsabilidade subjetiva dos seus agentes, esta última, pressuposto da ação regressiva.
- e.  A responsabilidade civil do Estado na forma objetiva é restrita aos órgãos da administração direta.

28. Assinale a alternativa **correta** acerca da improbidade administrativa.

- a.  Os atos de improbidade administrativa são considerados tipos penais, ou seja, crimes.
- b.  A voluntariedade não é motivo suficiente para caracterizar um ato de improbidade administrativa.
- c.  As penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa não são extensíveis às pessoas jurídicas.
- d.  Somente o Ministério Público poderá representar e determinar que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- e.  Recebida a ação de improbidade administrativa, o réu perderá, cautelarmente, a sua função pública e terá os seus direitos políticos suspensos.

29. Acerca da nacionalidade brasileira, são cargos privativos de brasileiros natos:

1. Ministro de Estado da Fazenda
2. Presidente do Senado Federal
3. Presidente da Câmara dos Deputados
4. Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e.  São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

30. Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- a.  Todo cidadão tem direito à gratuidade na emissão da certidão de óbito.
- b.  As normas que instituem os direitos e garantias fundamentais possuem eficácia diferida no tempo.
- c.  Nos termos da lei, é assegurado o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive por meio digital.
- d.  Por motivo de segurança profissional, o preso não poderá conhecer a identificação dos responsáveis por sua prisão.
- e.  O mandado de segurança poderá ser impetrado para retificação de dados, quando o impetrante não preferir fazê-lo por processo sigiloso ou administrativo.

## Noções de Criminalística

5 questões

31. Assinale a alternativa **correta** acerca da balística.

- a.  Denomina-se engajamento o pequeno espaço que o projétil percorre após o estouro da pólvora antes de tocar as raias do cano.
- b.  A pólvora de queima lenta mantém a aceleração do projétil por mais tempo, sendo mais bem aproveitada em armas de canos longo.
- c.  Nas armas de fogo de alma raiada, o calibre real é a medida direta na boca do cano.
- d.  O tamanho do cano da arma é inversamente proporcional à velocidade do projétil.
- e.  Quanto maior o calibre da arma de fogo, maior será a velocidade que o seu projétil atingirá ao sair do cano.

**32.** Assinale a alternativa que indica **corretamente** a etapa da cadeia de custódia que se caracteriza pelo ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.

- a.  Coleta
- b.  Transporte
- c.  Processamento
- d.  Reconhecimento
- e.  Acondicionamento

---

**33.** Assinale a alternativa **correta**.

- a.  O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- b.  O exame de corpo de delito poderá ser realizado por qualquer servidor, desde que pertença ao quadro de efetivos e possua qualificação técnica pertinente ao objeto da perícia.
- c.  O exame de autópsia deverá ser realizado em até seis horas após a constatação do óbito.
- d.  O exame de corpo de delito poderá ser substituído pela prova testemunhal quando o simples exame externo e ocular forem suficientes para a apuração da infração penal.
- e.  A fim de comprovar a veracidade e as conclusões do exame de corpo de delito, após decorridos trinta dias da sua realização, deverá a autoridade policial determinar a realização do denominado exame complementar de perícia.

---

**34.** Assinale a alternativa **correta**.

- a.  Após realizada a perícia de laboratório, com provas fotográficas, micrográficas, desenhos e esquemas ilustrativos, deverá o perito descartar todo o material periciado.
- b.  O agente público deverá dar prioridade à realização de exame de corpo de delito quando o delito envolver violência doméstica ou contra mulher.
- c.  Uma vez produzido o laudo pericial por perito devidamente qualificado, não poderá o juiz divergir ou descartar a sua conclusão da perícia.
- d.  Por ser uma prova exclusivamente judicial, o exame de sanidade mental do acusado somente poderá ser realizado no curso da ação penal.
- e.  Para a avaliação correta do estado psíquico do acusado, a perícia de integridade mental não deverá ter prazo inferior a quarenta e cinco dias.

**35.** A realização de perícia em caso de incêndio deverá verificar:

1. A extensão do dano e o seu valor.
2. Se foram necessários escalada, destruição ou rompimento de obstáculo para a contenção das chamas.
3. A causa e o lugar de início.
4. O perigo que resultou para a vida.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e.  São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

---

## Noções de Medicina Legal

5 questões

**36.** Em uma investigação de morte suspeita em ambiente confinado, o perito médico-legal avalia sinais de asfixia para determinar se a causa foi intencional, auxiliando na qualificação como homicídio ou acidente.

O conceito de asfixiologia forense, enfatizando seu papel na elucidação criminal é de:

- a.  Análise exclusiva de intoxicações químicas sem relação com privação respiratória.
- b.  Foco em traumas cranianos e de cabeça e pescoço, ignorando alterações pulmonares.
- c.  Estudo de asfixias traumáticas, com privação de oxigênio de causas traumáticas e dolosas.
- d.  Estudo de patologias cardiopulmonares crônicas que potencializam mortes traumáticas por privação de oxigênio.
- e.  Estudo das mortes por privação de oxigênio, analisando mecanismos e sinais *postmortem* para diferenciar causas criminosas de acidentais em perícias.

**37.** Em uma investigação criminal de um suposto homicídio por agressão, o perito médico-legal deve analisar as lesões para determinar se elas foram causadas por traumatismos com implicações jurídicas, auxiliando na elucidação do crime.

Esta análise descreve o objeto de estudo da traumatologia forense na perícia criminal caracterizado como:

- a.  Estudo das lesões corporais e suas consequências jurídicas, permitindo identificar a causalidade do dano em contextos criminais.
- b.  Análise exclusiva de traumas psicológicos e emocionais sem relação com lesões físicas.
- c.  Especialidade médica voltada para tratamentos cirúrgicos para vítimas de crimes violentos.
- d.  Análise com exames complementares de imagem de lesões internas, ignorando as externas.
- e.  Área de conhecimento da ortopedia e traumatologia que trata de eventos traumáticos.

**38.** Durante a perícia em uma cena de crime envolvendo agressão física, o perito oficial criminal identifica lesões para classificar a energia envolvida, o que pode indicar o tipo de arma usada e o *modus operandi* do agressor.

Conforme a classificação de Traumatologia Forense, a energia mecânica responsável por lesões contundentes, comum em investigações de espancamentos é a:

- a.  Energia térmica por queimaduras, sem relação com impactos mecânicos.
- b.  Energia química por substâncias corrosivas, como ácidos.
- c.  Energia de impacto por agentes contundentes, que causa contusões e fraturas sem perfuração da pele, auxiliando na reconstrução do crime.
- d.  Energia elétrica por choques, independentemente de objetos contundentes.
- e.  Energia radiante por exposições a laser, não aplicável a lesões mecânicas.

**39.** Em um caso de suspeita de homicídio disfarçado de acidente, o médico-legista examina as lesões para verificar sinais de reação vital, o que ajuda a determinar se as injúrias ocorreram antes ou após a morte, influenciando a qualificação criminal.

Baseado em conceitos de Traumatologia Médico-Legal, qual é o significado da reação vital em lesões, aplicado à investigação forense?

- a.  Reação exclusiva a lesões químicas, sem relevância para traumas mecânicos.
- b.  Sinais de decomposição cadavérica, não relacionados a lesões vitais.
- c.  Processo de cicatrização pós-morte, irrelevante para perícias criminais.
- d.  Presença de inflamação, hemorragia e reparação tecidual em lesões *antemortem*, permitindo diferenciar traumas *perimortem* de *postmortem* em cenas de crime.
- e.  Ausência total de sangramento em qualquer tipo de lesão, independentemente do momento da morte.

**40.** Na análise de um corpo encontrado em uma cena de crime com múltiplas lesões, o perito criminal classifica os tipos de ferimentos para inferir o mecanismo de agressão e possível intenção homicida.

A característica conceitual das lesões incisivas, frequentemente observadas em investigações de agressões com armas brancas é de:

- a.  Lesões irregulares com esmagamento tecidual, típicas de impactos contundentes.
- b.  Perfurações profundas sem sangramento externo, exclusivas de projéteis.
- c.  Abrasões superficiais por fricção, sem corte na pele.
- d.  Contusões internas sem rompimento da pele, independentemente de cortes.
- e.  Ferimentos lineares com bordas regulares e pouca perda tecidual, causados por agentes cortantes, úteis para identificar armas em contextos criminais.

## Conhecimentos Específicos

### Conhecimentos Específicos da área

40 questões

41. A Companhia Oceania SA, ao elaborar as demonstrações contábeis do exercício de 2025, identificou a existência de uma ação judicial trabalhista de alto valor, cuja probabilidade de perda foi avaliada pela sua assessoria jurídica como “provável” (com probabilidade de perda superior a 85%), mensurável, com estimativa razoável e confiável do valor envolvido. Ainda que o montante seja relevante, a administração da companhia está em dúvida se deve reconhecer o valor da ação judicial trabalhista no passivo do balanço patrimonial (provisão), ou a divulgação detalhada em notas explicativas já seria suficiente para informar aos usuários. Os principais argumentos para o não reconhecimento do passivo (provisão) são os de que ele poderia distorcer a posição patrimonial da companhia em um momento de negociação de um financiamento bancário para expansão do parque fabril. Já o diretor representante dos acionistas minoritários alega que a administração da companhia pretende não realizar o reconhecimento da obrigação (provisão) para que ela não impacte o resultado do exercício e, consequentemente, o valor do bônus de performance da diretoria, relativo ao exercício de 2025. A administração da companhia considera que embora a probabilidade de perda seja “provável”, há incertezas significativas relacionadas aos prazos de pagamento e o reconhecimento do passivo (provisão) é discricionário.

Com base na situação acima e nos conhecimentos previstos nos Pronunciamentos Técnicos CPCs 00 (R2) e 25, é **correto** afirmar que a administração da Companhia Oceania:

- a.  Deve reconhecer a existência de um passivo contingente, sem a necessidade de realizar uma provisão no passivo, já que a neutralidade é a característica qualitativa fundamental que justifica o não reconhecimento da provisão, sendo suficiente a divulgação em notas explicativas.
- b.  Pode ou não reconhecer uma provisão no passivo, a depender da conveniência e oportunidade do reconhecimento da obrigação e a sua relação com a formalização do acordo para o financiamento bancário para expansão do parque fabril.
- c.  Não deve reconhecer uma provisão ou um passivo contingente, já que a probabilidade de perda não é sinônimo de certeza da condenação, além de não haver provisão do prazo de pagamento da ação judicial trabalhista, o que inviabiliza o reconhecimento e o registro contábil da suposta obrigação.
- d.  Deve reconhecer uma provisão no passivo, já que há uma obrigação presente como resultado de evento passado; é provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- e.  Deve reconhecer uma reserva de contingência e não uma provisão, além de divulgar a situação em notas explicativas, já que a constituição da reserva de contingência não tem impacto no resultado e não influencia a posição patrimonial da companhia para a obtenção do financiamento bancário.

**42.** Considere a seguinte situação hipotética:

Na noite do dia 30/01/2026, a Companhia África foi atingida por um incêndio que danificou seu estoque de mercadorias para revenda. Felizmente, a companhia é beneficiária de um seguro, que realizará o ressarcimento do valor do estoque das mercadorias danificadas pelo fogo. Um perito foi contratado pela Companhia África para determinar o valor das mercadorias para revenda que estavam em seu estoque na data do sinistro. O perito, então, consultou o balanço patrimonial de 31/12/2025 da Companhia África e constatou que o saldo da conta contábil de mercadorias para revenda era de R\$ 10.000. Também consultou tanto as Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) destinadas à companhia (compras), quanto as NFEs emitidas pela companhia (vendas), entre os dias 01 e 30/01/2026 e obteve os seguintes valores:

- Compras de mercadorias para revenda: R\$ 30.000
- Vendas de mercadorias: R\$ 50.000

O perito foi informado que a Companhia África tem como política comercial obter uma margem bruta de 50% sobre o valor das vendas. Considerando que não há qualquer tributação, o perito deve informar à Companhia África que o valor das mercadorias para revenda, que estavam no estoque em 30/01/2026, é de:

- a.  R\$ 5.000.
- b.  R\$ 10.000.
- c.  R\$ 15.000.
- d.  R\$ 20.000.
- e.  R\$ 25.000.

**43.** A administração da Companhia Europa está passando por um contexto de forte pressão gerencial para melhorar os indicadores de desempenho e a lucratividade. Para isso, a companhia está modernizando suas atividades e instalando uma linha de produção automatizada, com a aquisição de equipamentos, que envolve os seguintes gastos incorridos:

1. Treinamento inicial dos empregados para utilização dos equipamentos, no valor de R\$ 40.000;
2. Transporte e seguro dos equipamentos do fornecedor até o local de instalação (sede da companhia), no valor de R\$ 30.000;
3. Impostos não recuperáveis incidentes sobre a compra dos equipamentos, no valor de R\$ 20.000;
4. Testes para verificar se os equipamentos estão funcionando corretamente após a instalação, no valor de R\$ 25.000;
5. Divulgação e propaganda dos produtos que serão fabricados pelos equipamentos, no valor de R\$ 5.000.
6. Preparação do local de instalação dos equipamentos, que inclui a colocação de piso especial, no valor de R\$ 15.000;
7. Prejuízos operacionais iniciais incorridos enquanto a demanda pelos produtos fabricados pelos equipamentos é estabelecida, no valor de R\$ 10.000;
8. Realocação e reorganização de parte das operações da companhia, no valor de R\$ 35.000.

Com base na situação acima (gastos incorridos) e nos conhecimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado), é **correto** afirmar que a administração da Companhia Europa deve reconhecer como custo dos equipamentos no ativo imobilizado o valor de:

- a.  R\$ 65.000.
- b.  R\$ 90.000.
- c.  R\$ 105.000.
- d.  R\$ 130.000.
- e.  R\$ 140.000.

**Caso 1**

Para responder às questões 44 e 45, considere o texto abaixo e os conhecimentos sobre o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (Redução ao Valor Recuperável de Ativos - *Impairment*).

**O que é teste de *impairment*?**

Traduzindo para a língua portuguesa, *impairment* quer dizer “deterioração”, e é chamado de teste de recuperabilidade. Trata-se do valor recuperável de um ativo.

O teste de *impairment*, seguindo as diretrizes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 01), é uma avaliação periódica que verifica se seus ativos – propriedades tangíveis e intangíveis – estão refletindo seus reais valores no mercado. Se não, é hora de ajustar esses valores.

O teste é uma forma de identificar se unidades (ativos) geradoras de caixa da entidade estão perdendo valor ou se o valor contábil registrado é superior ao seu valor recuperável.

Fonte: <https://apsis.com.br/entenda-como-funciona-o-teste-de-impairment-e-sua-importancia/> (com adaptações)

**44.** Os dados abaixo são de uma unidade geradora de caixa da Companhia Ásia SA, ao final de um exercício social:

- Valor da unidade geradora de caixa no balanço patrimonial, deduzido da sua depreciação acumulada: R\$ 500.000;
- Valor que seria recebido pela venda da unidade geradora de caixa em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração: R\$ 460.000;
- Valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir da unidade geradora de caixa: R\$ 430.000;
- Valor das despesas incrementais diretamente atribuíveis à baixa da unidade geradora de caixa: R\$ 10.000.
- Não se espera obter qualquer valor residual da unidade geradora de caixa após o término de sua vida útil.

Com base nos dados acima, o valor da perda por desvalorização da unidade geradora de caixa é de:

- a.  R\$ 30.000.
- b.  R\$ 40.000.
- c.  R\$ 50.000.
- d.  R\$ 60.000.
- e.  R\$ 70.000.

**45.** Uma unidade geradora de caixa é:

- a.  O menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa; entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.
- b.  O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de ativos, que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros gerados a partir do resultado (lucro) do período.
- c.  A rentabilidade obtida por um grupo de ativos, que podem ter se desvalorizado, o que exige novos investimentos para operar ou mantê-los, desde que esses investimentos sejam significativamente mais rentáveis.
- d.  A diferença positiva entre a importância obtida pela aplicação da taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e o montante dos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente pela mesma taxa.
- e.  Um aglomerado de bens classificados no ativo imobilizado com capacidade de adicionar valor a partir de sinergias entre o ativo que está sendo mensurado e outros ativos do mesmo grupo avaliado.

**46.** A Companhia América atua no comércio varejista de eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos. A companhia é contribuinte do ICMS, mas não do IPI e não é beneficiária de qualquer benefício fiscal. Em dezembro de 2025, adquiriu mercadorias para revenda e no documento fiscal de compra constaram, entre outras, as seguintes informações:

- Valor das mercadorias: R\$ 50.000.
- Valor do ICMS: R\$ 8.500.
- Valor do IPI: R\$ 2.500.

Considere:

- ICMS: Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados.

O valor registrado na conta estoque de mercadorias pela Companhia América referente a essa compra foi de:

- a.  R\$ 39.000.
- b.  R\$ 41.500.
- c.  R\$ 44.000.
- d.  R\$ 50.000.
- e.  R\$ 61.000.

**47.** As operações com partes relacionadas são transações que auditores, acionistas e acadêmicos temem que sejam utilizadas de maneira destoante do seu propósito econômico. A literatura considera a transação com parte relacionada como uma oportunidade de se cometer uma fraude. Um perito está examinando as demonstrações contábeis da Companhia Ceará e está com receio de que a existência de transações com partes relacionadas possa estar distorcendo as informações e possibilitando a manipulação das operações.

Na reunião com a administração da Companhia Ceará, o perito identificou as seguintes relações existentes:

1. Um dos diretores da Companhia Ceará, que é pessoa-chave da administração, é também diretor de uma associação beneficente. A Companhia Ceará não realiza operações com a associação beneficente.
2. A Companhia Ceará obteve um financiamento (empréstimo) de recursos financeiros para a aquisição de máquinas e equipamentos junto a uma agência de fomento. A taxa do financiamento acordada foi a mediana do mercado dos últimos 60 dias.
3. A companhia Ceará foi fiadora (avalista) de um empréstimo contraído por uma de suas coligadas.
4. O sindicato dos empregados da companhia Ceará exerceu pressão sobre os administradores e obteve reajuste salarial acima da inflação.
5. A Companhia Ceará tem grande parte de suas receitas concentradas em um único cliente, que frequentemente barganha preços, devolve mercadorias com prazo próximo ao vencimento e exige prazos maiores de pagamento.
6. A esposa do diretor financeiro da Companhia Ceará é sócia e administradora de uma das suas fornecedoras de insumos e da qual a Companhia Ceará realizou compras em condições e preços de mercado.

São operações com partes relacionadas, e que devem ser divulgadas pela Companhia Ceará, as transações:

- a.  1 e 4 apenas.
- b.  3 e 6 apenas.
- c.  1, 2 e 5 apenas.
- d.  2, 4 e 6 apenas.
- e.  3, 5 e 6 apenas.

**48.** Leia o texto abaixo:

#### O que é um *trust*?

Um *trust* é uma estrutura jurídica em que uma pessoa, chamada de *settlor*, transfere ativos para um terceiro, o *trustee*, que fica responsável por administrá-los em benefício de outra pessoa ou grupo, conhecido como beneficiários. Em outras palavras, *trust* é uma estrutura jurídica que permite que os bens sejam administrados por um terceiro em favor de um ou mais beneficiários. Normalmente é criado por pessoas que desejam transferir parte ou todos os seus bens a um indivíduo.

Fonte: <https://avenue.us/blog/o-que-e-trust/>

De acordo com a Resolução CVM nº 50/2021, nas situações em que for necessária a condução de diligências visando à identificação do beneficiário final de entes constituídos sob a forma de *trust* ou veículo assemelhado, também devem ser envidados e evidenciados esforços para identificar:

1. A relação de bens e direitos geridos e sob responsabilidade do *trustee*.
2. O supervisor do veículo de investimento (*protector*), se houver.
3. O local de custódia e guarda dos ativos geridos pelo *settlor*.
4. O beneficiário do *trust*, seja uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- e.  São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.

**49.** Considere a seguinte situação hipotética: A Companhia Spuntino (cessionária) venceu processo licitatório e firmou contrato administrativo com o Estado de Santa Catarina (cedente), que estabelece a cessão de espaços públicos para a prestação de serviços próprios de restaurante/cantina escolar, a ser explorado pela cessionária, por sua conta e risco, nas escolas estaduais de determinada região, pelo prazo de 5 anos, a contar de 01/03/2024. O contrato prevê que a Companhia Spuntino pague ao Estado de Santa Catarina 5% do lucro bruto, apurado mensalmente, como remuneração pela exploração dos espaços públicos. Contudo, houve denúncia e a instauração de inquérito policial para apurar se a cessionária está omitindo receita (venda sem documento fiscal) para reduzir o valor mensal devido ao cedente. Em procedimento de busca e apreensão, realizada mediante prévia autorização judicial em 31/10/2025, em um dos estabelecimentos da companhia Spuntino (alvo da operação), os agentes policiais encontraram:

- Documento contábil que registra o valor físico e financeiro das mercadorias para revenda em 01/10/2025 no estabelecimento, no valor de R\$ 10.000;
- Documentos fiscais de aquisição de mercadorias para revenda, registrados pela contabilidade, no valor de R\$ 30.000;
- Documentos fiscais de venda de mercadorias, registrados pela contabilidade, no valor de R\$ 40.000;
- Um aparelho POS (Ponto de Venda - *Point of Sale*), utilizado para a concretização de vendas de mercadorias do estabelecimento, realizadas em cartões de débito e crédito, registrado em nome de um dos sócios da Companhia Spuntino, cujas operações não foram registradas pela contabilidade. Pela soma dos comprovantes físicos de venda emitidos pelo POS, os agentes constataram um total vendas em outubro de 2025 no valor de R\$ 50.000;
- Documentos fiscais, registrados pela contabilidade, referentes à despesa com publicidade e propaganda, no valor de R\$ 5.000;
- Três vales (adiantamento salarial) não registrados pela contabilidade, concedidos a empregados do setor administrativo, no valor de R\$ 15.000;

Na data da operação, 31/10/2025, os agentes policiais realizaram a contagem física e financeira das mercadorias para revenda existentes no estoque do estabelecimento da Companhia Spuntino, no valor de R\$ 20.000.

Todos os materiais encontrados na operação foram entregues ao perito policial. Considerando que não há qualquer tributação e com base em todos os materiais encontrados no alvo da operação, o perito policial informou em seu laudo que o valor do lucro bruto apurado pela Companhia Spuntino em outubro de 2025 foi de:

- a.  R\$ 50.000.
- b.  R\$ 60.000.
- c.  R\$ 65.000.
- d.  R\$ 70.000.
- e.  R\$ 80.000.

**50.** Considere a seguinte situação hipotética acerca dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens:

João, empresário do ramo de construção civil, foi denunciado pelo Ministério Público Estadual pela prática do crime de lavagem de dinheiro, em razão de ter ocultado e dissimulado a origem, a localização e a propriedade de valores provenientes, supostamente, de contratos superfaturados firmados com a administração pública municipal (crime contra a administração pública, previsto como antecedente). Na ação penal, a defesa de João alegou preliminarmente a nulidade da denúncia e, no mérito, sustentou a atipicidade da conduta de lavagem de dinheiro, argumentando que não houve prévia condenação transitada em julgado pelo crime de superfaturamento (crime antecedente), o que seria requisito indispensável para a responsabilização pelo crime de lavagem de dinheiro.

Diante dessa situação, é **correto** afirmar que:

- a.  Não há crime de lavagem de dinheiro, pois o crime de superfaturamento exige que o autor tenha praticado a ação de ocultar bens, direitos e valores obtidos de forma ilícita.
- b.  A alegação da defesa procede, pois o crime de lavagem de dinheiro é acessório e exige, necessariamente, condenação prévia transitada em julgado pelo crime antecedente.
- c.  A denúncia é nula, já que o crime de lavagem de dinheiro presume a inocência do acusado e exige a descrição exaustiva e pormenorizada do crime antecedente, o que não ocorreu no caso, tornando impossível a defesa do acusado.
- d.  A responsabilização por lavagem de dinheiro exige, necessariamente, condenação prévia pelo crime antecedente, mas, na ausência dela, o juiz deve unir e julgar os dois crimes concomitantemente.
- e.  O crime de lavagem de dinheiro é autônomo e independe do processo e julgamento da infração penal antecedente, bastando indícios suficientes de existência para a sua configuração.

**51.** As seguintes informações foram extraídas das demonstrações contábeis da Companhia São Paulo ao final de um exercício social:

Liquidez corrente	2,0
Retorno sobre o ativo total	0,05
Ativo não circulante	R\$ 200.000
Margem líquida	15%
Resultado (lucro) líquido	R\$ 30.000

Considerando os conhecimentos sobre a análise das demonstrações contábeis, o valor do capital circulante líquido da Companhia São Paulo é de:

- a.  R\$ 100.000.
- b.  R\$ 200.000.
- c.  R\$ 300.000.
- d.  R\$ 400.000.
- e.  R\$ 600.000.

**52.** A Companhia Paraná (controladora) é detentora de 100% das ações da Companhia Bahia (controlada). No exercício social de 2025, a Companhia Bahia fabricou e vendeu produtos para a controladora por R\$ 500.000, sobre os quais obteve uma margem bruta de 25%. Ainda no exercício social de 2025, a Companhia Paraná vendeu para terceiros 80% dos produtos adquiridos de sua controlada, por R\$ 450.000.

Considerando que não há qualquer tributação, a parcela de lucros não realizados, remanescente nos estoques da controladora, que deve ser eliminada na consolidação das demonstrações contábeis do grupo, referentes ao exercício social de 2025, é de:

- a.  R\$ 25.000.
- b.  R\$ 30.000.
- c.  R\$ 35.000.
- d.  R\$ 50.000.
- e.  R\$ 75.000.

53. Considere o balanço patrimonial abaixo da Companhia Goiás:

**Companhia Goiás – Balanço Patrimonial – Valores em R\$**

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO e PL	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.200</b>	<b>1.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>900</b>	<b>750</b>
Disponibilidades	150	120	Fornecedores a pagar	200	300
Contas a Receber	250	280	Salários a pagar	700	450
Estoques	800	600	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.400</b>	<b>1.200</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.800</b>	<b>2.500</b>	<b>Patrimônio Líquido (PL)</b>	<b>1.700</b>	<b>1.550</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.000</b>	<b>3.500</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>4.000</b>	<b>3.500</b>

Os dados abaixo foram extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em 31/12/2025:

- Despesas Operacionais: R\$ 1.200
- Resultado (Lucro) Líquido do Exercício: R\$ 350
- Lucro Bruto: R\$ 1.800
- Receita Líquida de Vendas: R\$ 4.500

Com base nas informações da Companhia Goiás e nos conhecimentos sobre a análise das demonstrações contábeis, é **correto** afirmar que a análise:

- a.  Vertical de 2025 da DRE demonstra margens brutas e líquidas positivas, que foram proporcionadas pela redução do saldo de R\$ 300 para R\$ 200 da conta Fornecedores a pagar.
- b.  Vertical de 2025 mostra que o ativo não circulante representa 70% do ativo total e o passivo não circulante corresponde a 35% dos recursos totais, evidenciando que a origem de recursos foi financiada pelo lucro líquido de R\$ 350.
- c.  Diagonal de 2025 evidencia que a variação positiva do patrimônio líquido é explicada pela proporção das despesas operacionais em relação à receita líquida de vendas.
- d.  Horizontal de 2024 demonstra que o passivo não circulante representa 1,2 do ativo circulante, o que revela uma tendência de geração de resultados positivos (lucros) em 2025, o que de fato ocorreu.
- e.  Horizontal mostra que o ativo circulante e o passivo circulante cresceram 20%, enquanto o patrimônio líquido variou 9,68%. O índice de liquidez corrente permaneceu estável, mas houve aumento da participação de capital de terceiros.

**Caso 2**

Para responder às questões 54 e 55, considere:

A Companhia Tocantins fabrica e vende apenas um produto e está sendo submetida à perícia contábil judicial para verificar indícios de má gestão ou manipulação de resultados em benefício de controladores. O perito obteve as seguintes informações relativas a um período:

Quantidade de unidades produzidas e vendidas:	1.000
Preço de venda unitário:	R\$ 90
Custos variáveis unitários:	R\$ 40
Despesas variáveis unitárias:	R\$ 20
Custos fixos totais:	R\$ 8.000
Despesas fixas totais:	R\$ 2.000

**54.** Considerando que não havia estoques anteriores do produto e que não há qualquer tributação, o perito calculou o grau de alavancagem operacional da Companhia Tocantins no período, que foi de:

- a.  0,5.  
 b.  1,0.  
 c.  1,5.  
 d.  2,0.  
 e.  2,5.

**55.** O grau de alavancagem operacional representa:

- a.  A sensibilidade do lucro em relação às variações na receita de vendas.  
 b.  A elasticidade da margem de contribuição em relação aos custos fixos.  
 c.  O incremento na receita de vendas em razão do aumento da despesa fixa.  
 d.  O montante do impulso (impacto) dos custos variáveis unitários em relação ao ponto de equilíbrio contábil.  
 e.  A quantidade mínima de unidades vendidas para a cobertura dos custos e despesas fixas.

**Caso 3**

Para responder às questões 56 e 57, considere:

A Companhia Paraíba produz apenas dois produtos: barra de chocolate e caixa de bombons, cujos preços de venda, líquidos de impostos, são de R\$ 20 e R\$ 25, respectivamente. Durante um período, o volume de produção foi de 2.000 unidades de cada produto e o volume de vendas foi de 1.500 unidades de cada produto. Sua estrutura de custos é a seguinte:

Custos variáveis por unidade	Barra de chocolate (R\$)	Caixa de bombons (R\$)
Matéria-prima	3	4
Material de embalagem	2	3
Mão de obra direta	5	7

Custos fixos no período	Valores (R\$)
Supervisão da produção	5.000,00
Depreciação	3.000,00
Outros	2.000,00

A Companhia Paraíba aloca os custos fixos aos produtos pelo critério da proporcionalidade do tempo de mão de obra direta. São necessários 4 minutos para produzir uma barra de chocolate e 6 minutos para produzir uma caixa de bombom.

**56.** O valor do custo unitário da barra de chocolate e da caixa de bombons pelo sistema de custeio por absorção foi, respectivamente, de:

- a.  R\$ 11,00 e R\$ 18,00.  
 b.  R\$ 12,00 e R\$ 17,00.  
 c.  R\$ 12,17 e R\$ 17,14.  
 d.  R\$ 12,50 e R\$ 17,25.  
 e.  R\$ 12,67 e R\$ 17,28.

**57.** O valor de lucro bruto da Companhia Paraíba no período, apurado pelo sistema de custeio variável, foi de:

- a.  R\$ 9.500.  
 b.  R\$ 14.000.  
 c.  R\$ 18.000.  
 d.  R\$ 21.500.  
 e.  R\$ 24.000.

58. Leia o texto abaixo:

**Falta de lei impede punição de quem superfatura obras públicas, diz perito**

A maioria dos casos investigados pela Polícia Federal, envolvendo obras em rodovias, apresenta algum tipo de irregularidade. Uma parcela desses casos deve-se ao fato de as empreiteiras não apresentarem, em meio aos registros de gastos, os descontos que conseguem nas compras em larga escala.

De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), outro ponto que favorece essas práticas é a falta de uma legislação que tipifique o superfaturamento como crime.

Fonte: <https://www.alvinhopatriota.com.br/falta-de-lei-impede-punicao-de-quem-superfatura-obras-publicas-diz-perito/>



De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o superfaturamento é dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado por:

1. Ausência da concessão de desconto à Administração quando o contratado melhora sua produtividade.
2. Medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.
3. Incidência de tributos e contribuições sobre o valor do objeto do contrato e que onera o seu valor final.
4. Deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  É correta apenas a afirmativa 1.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e.  São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

59. Considere a seguinte situação hipotética:

O município de Nova Conegliano firmou contrato administrativo, mediante prévia licitação, com a Companhia Salute. O objeto do contrato é o fornecimento de equipamentos médicos que serão importados da Itália e indisponíveis no mercado nacional. Todavia, quando apenas 20% dos equipamentos já haviam sido importados pela contratada, de acordo com o cronograma de fornecimento definido no contrato, o governo federal alterou substancialmente a política de importação, restaurando a reserva de mercado de produtos médicos, em favor da indústria nacional. Pelas novas regras, a existência de produto congênere no mercado nacional autoriza a importação, mas mediante a incidência de imposto de importação, que teve sua alíquota elevada de 5% para 30% do valor do produto.

Diante dessa situação e dos conhecimentos sobre contratos administrativos, é **correto** afirmar que a situação é relativa:

- a.  À força maior, que não justifica a alteração do contrato, já que o contratado assumiu o risco e o ônus da importação dos equipamentos sob sua responsabilidade.
- b.  A caso fortuito, que não obriga o município a alterar o contrato, tampouco a arcar com ônus da elevação do imposto aduaneiro.
- c.  À desarrumação administrativa, em decorrência de fatos imprevisíveis e de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato como inicialmente pactuado.
- d.  Ao fato do príncipe, o que pode motivar a alteração do contrato por acordo entre as partes para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- e.  À obscuridade estatal, que cria, para o contratado, ônus não inicialmente previsto, mas que não motiva a alteração unilateral do contrato em razão do risco de desabastecimento da Administração.

60. Leia o texto abaixo:

### Licitação por diálogo competitivo

Praticado em outros países, o diálogo competitivo pode ser usado quando a Administração precisar contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica, quando as soluções existentes no mercado não atendem plenamente ao que o órgão precisa ou quando não é possível definir com precisão todas as especificações técnicas antes da contratação (hipóteses previstas no artigo 32 da Lei nº 14.133/2021). Nesses casos, a modalidade abre espaço para que governo e proponentes da iniciativa privada e demais interessados, pré-selecionados por critérios objetivos previstos em edital, dialoguem de forma transparente para viabilizar a construção conjunta de soluções possíveis, antes da apresentação das propostas finais.

Fonte: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/ministerio-da-gestao-regulamenta-licitacao-por-dialogo-competitivo-e-amplia-ferramentas-que-estimulam-a-inovacao-em-contratacoes-publicas>

Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições:

1. O edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.
2. Quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item, a Administração poderá homologar todas as soluções que atendam às suas necessidades.
3. Nas alienações, a modalidade diálogo competitivo será combinada com o leilão, desde que não implique discriminação nem distorça a concorrência entre as propostas.
4. A Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e.  São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

**61.** O processo de contratação direta compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação. No cotidiano da Administração Pública, ocorreram os seguintes fatos:

1. Contratação de serviço, que só é fornecido por produtor exclusivo.
2. Contratação que manteve todas as condições definidas em edital de licitação, realizada há menos de um ano, sendo que naquela licitação não surgiram licitantes interessados.
3. Contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual de auditoria tributária, com profissional de notória especialização.
4. Contratação que teve como objeto a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

A sequência de fatos são, respectivamente, de:

- a.  Dispensa, dispensa, dispensa e inexigibilidade.
- b.  Dispensa, inexigibilidade, inexigibilidade e dispensa.
- c.  Inexigibilidade, inexigibilidade, dispensa e dispensa.
- d.  Inexigibilidade, dispensa, inexigibilidade e inexigibilidade.
- e.  Inexigibilidade, dispensa, inexigibilidade e dispensa.

**62.** De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, a tomada de contas especial será instaurada pelo concedente ou pela mandatária, após esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano, quando caracterizado, no mínimo, um dos seguintes fatos:

1. Omissão no dever de prestar contas.
2. Realização de termo aditivo ao plano de trabalho.
3. Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União.
4. Previsão no plano de trabalho para a execução do objeto por subconvenimento.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e.  São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

**63.** A respeito dos conhecimentos sobre conceitos e classificações de custos, é **correto** afirmar que:

- a.  Ao final do período de apuração, o valor do custo de produto fabricado é igual ao valor do custo do produto vendido, independentemente da existência de estoques iniciais.
- b.  O valor anormal do desperdício de materiais, mão de obra ou outros insumos de produção é classificado como custo indireto de produção e apropriado ao custo do produto fabricado.
- c.  O bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas é classificado como custo variável. Como exemplo, tem-se os gastos com publicidade e propaganda, que se alteram ao longo do período.
- d.  Custos indiretos são aqueles que variam de forma não proporcional ao volume de produção, enquanto os custos variáveis e os custos diretos são aqueles fixos por unidade produzida, independentemente da escala operacional.
- e.  Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta.

**64.** Em convênios, a contrapartida é o aporte de recursos pelo conveniente (beneficiário) para a execução do objeto pactuado.

De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, na celebração de convênio ou de contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos:

- a.  Poderá ser dispensada a prestação de contas dos recursos aplicados pela parcela referente à contrapartida.
- b.  Deverá haver contrapartida exclusivamente financeira, comprovada pelo saldo bancário da entidade beneficiada.
- c.  Será admitida a contrapartida em bens e serviços, se economicamente mensuráveis.
- d.  Será exigido que a entidade privada sem fins lucrativos comprove que tem contrapartida oriunda de empresa estatal dependente.
- e.  A contrapartida da entidade beneficiada poderá ser abatida das contribuições incidentes sobre a folha salarial.

65. Leia o texto abaixo:

### Jogo de Preços

O jogo de preços, também conhecido como “jogo de planilha”, é uma artimanha ilegal usada em licitações públicas. Funciona assim: na proposta, o licitante aumenta os preços dos itens da planilha de preços pertencentes às primeiras etapas da obra e diminui os valores dos itens das últimas etapas da obra (muitas dessas etapas sendo inexequíveis), fazendo com que seu cronograma físico-financeiro receba uma distribuição dos recursos maior no início da obra e menor no final. Com isso, o valor global da proposta é menor e o licitante sagra-se vencedor do certame. Na execução do contrato, recebe quase todo o valor da obra desproporcionalmente com o que já efetivamente executou. Por exemplo, o contratado executou 50% de uma obra, mas já recebeu 90% da mesma. Neste caso, se o contratado abandonar a obra, conseguiu obter um lucro exorbitante sobre o contrato, em detrimento da administração pública. Para evitar o jogo de preços, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores:

- A 75% do valor orçado pela Administração.
- Ao valor ofertado pelo segundo colocado no certame.
- Ao valor do total de projeto básico de obra similar e no mesmo local.
- À mediana de preços das contratações no ano anteriores.
- Ao montante pago pelo projeto executivo da obra.

66. Um dos crimes previstos no código penal é o de deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, que tem pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa.

O código penal intitula esse crime como:

- Estelionato do seguro social.
- Fraude na entrega de retenção.
- Receptação de recurso público.
- Apropriação indébita previdenciária.
- Simulação de repasse previdenciário.

67. Constituem crimes contra as finanças públicas:

1. Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
2. Realizar o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
3. Autorizar o pagamento da despesa após sua liquidação.
4. Realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

68. O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos. É por meio do sistema financeiro que as pessoas, as empresas e o governo circulam a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos.

Na estrutura do SFN estão incluídas as:

1. Corretoras de câmbio.
2. Instituições de pagamento.
3. Corretoras de moedas digitais (Criptomoedas)
4. Empresas de *factoring* (fomento comercial).

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

**69.** Há um fenômeno de mercado de capitais em que ocorre uma alta rápida no preço de uma ação e força os investidores que apostaram na queda (vendedores) a recomprar os papéis para cobrir suas posições, criando um ciclo vicioso de aumento de preço, resultando em grandes lucros para compradores e perdas para vendedores. Acontece quando há muitas posições vendidas e um catalisador, como notícias positivas ou forte compra coordenada, que faz o preço de determinada ação subir, gerando pânico entre os vendidos, que precisam recomprar, amplificando a alta.

O caso da Empresa GameStop (GME) em 2021 nos Estados Unidos, popularizado no Reddit, é um exemplo famoso desse fenômeno, que é conhecido no mercado secundário de capitais como:

- a.  *Long and short* (longo e curto).
- b.  *Swap position* (troca de posição).
- c.  *Swing Trade* (comércio de balanço).
- d.  *Scalping trade* (ganhar uma pequena parte).
- e.  *Short squeeze* (compressão de vendas a descoberto).

**70.** Em um passado recente, Maria obteve um empréstimo com uma instituição financeira com taxa de juros compostos de 1% ao mês, para pagamento em 20 parcelas mensais, iguais e postecipadas de R\$ 2.000, sempre com o vencimento de cada parcela no último dia do mês. No dia 1º de fevereiro, Maria solicitou à instituição financeira o valor que deve pagar nesta data para liquidar as 2 parcelas restantes do empréstimo, com vencimento no último dia dos meses de fevereiro e março.

A instituição financeira respondeu à Maria que o valor a ser pago em 1º de fevereiro para liquidar as 2 parcelas restantes do empréstimo é de:

- a.  R\$ 3.930,60.
- b.  R\$ 3.940,79.
- c.  R\$ 3.950,25.
- d.  R\$ 3.960,40.
- e.  R\$ 3.970,45.

**71.** Na classificação da despesa orçamentária em categorias econômicas, as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, são classificadas como despesas:

- a.  Sociais.
- b.  Habituais.
- c.  Ordinárias.
- d.  Regulares.
- e.  Correntes.

**72.** Em 01/10/2025, Pedro obteve um empréstimo junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 72.000, com prazo de pagamento em 36 parcelas mensais e sucessivas, sem carência, com vencimento sempre no dia 01 de cada mês. O primeiro vencimento ocorreu em 01/11/2025 e assim sucessivamente. A taxa de juros acordada foi de 1% ao mês e o empréstimo foi firmado pelo Sistema de Amortização Constante (SAC).

O valor da segunda prestação (amortização e juros), devida por Pedro em 01/12/2025, foi de:

- a.  R\$ 2.000.
- b.  R\$ 2.680.
- c.  R\$ 2.700.
- d.  R\$ 2.720.
- e.  R\$ 2.750.

**73.** A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

Os créditos adicionais classificam-se em:

1. Suplementares, destinados a reforço de dotação orçamentária.
2. Regionais, destinados a atender despesas do orçamento regionalizado.
3. Contingenciais, destinados à cobertura de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
4. Especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
5. Extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a.  São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- b.  São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- c.  São corretas apenas as afirmativas 1, 4 e 5.
- d.  São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e.  São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.

**74.** Considere a seguinte situação hipotética:

Ana é brasileira, residente e domiciliada em Joinville. Pretende realizar um curso nos Estados Unidos da América (EUA), que lhe custará 30.000 dólares. A escola promotora do curso, nos EUA, exige que o pagamento seja realizado antecipadamente, por meio de depósito ou transferência, em sua conta bancária dos EUA. A escola não aceita pagamentos por cartão de crédito ou outra forma de transferência internacional de recursos. Ana pesquisou sobre como realizar o pagamento à escola e chegou até João, que trabalha com a compra e venda de moedas estrangeiras (doleiro). João ofereceu à Ana a seguinte proposta:

1. O valor da cotação do Dólar em relação ao Real é de R\$ 5,50 para 1 Dólar;
2. Ana faz um PIX para a conta corrente de João, no Brasil, no valor de R\$ 165.000 (equivalente aos 30.000 dólares);
3. João tem um parceiro de negócios, que é cidadão estadunidense, residente em Miami (EUA), chamado John, que também trabalha com a compra e venda de moedas estrangeiras, e que tem conta bancária nos EUA. Depois que João receber o PIX de Ana, John fará o pagamento à escola dos EUA referente ao curso de Ana, por meio de uma transferência bancária de dólares nos EUA de sua conta para o banco da escola.
4. Posteriormente, João e John discutirão como realizar a compensação financeira entre ambos.

Diante dessa situação e dos conhecimentos sobre direito penal, é **correto** afirmar que a proposta de João é:

- Legal, prevista em lei e regulamentada pelo Banco Central, chamada de *swap* cambial, em que agentes realizam trocas de moedas de diferentes países.
- Permitida, chamada de *hedge* de divisas, em que agentes credenciados pelos bancos comerciais realizam trocas de moedas e pagamentos internacionais.
- Ilícita, chamada de dinheiro frio, mas que configura crime somente quando a operação com as moedas ocorre em espécie e fora do sistema bancário.
- Illegal, chamada de dólar-cabo, considerada crime contra o sistema financeiro nacional, com o fim de promover evasão de divisas do país.
- Informal, chamada de compensação mútua, sem previsão de existência de infração legal, já que há somente transferências internas de recursos.

**75.** Considere a seguinte situação hipotética:

Em uma operação conjunta da Polícia Civil e da Receita Estadual, foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática de crime contra a ordem tributária pela Companhia Minas Gerais. Em procedimento de busca e apreensão na sede do estabelecimento, com prévia autorização judicial, foram apreendidos documentos do exercício de 2025 que revelam indícios de omissão dolosa de receitas para suprimir ou reduzir tributo no montante de R\$ 1.200.000, comprovada por meio de:

- Extratos bancários que revelaram depósitos incompatíveis com as receitas declaradas;
- Relatórios internos e arquivos que sugerem a realização de vendas sem a emissão de documentos fiscais.

O procedimento fiscal administrativo foi concluído com o lançamento definitivo do crédito tributário de ofício (por notificação fiscal) pela autoridade fiscal, acrescido de multa de 150% e juros de mora. Após o lançamento definitivo do crédito tributário e o fim do inquérito policial, o Ministério Público Estadual ofereceu denúncia por crime contra a ordem tributária, sem que tenha ocorrido o pagamento ou o parcelamento do crédito tributário pela Companhia Minas Gerais. Em sua defesa, a companhia arguiu ausência de justa causa, alegando que os documentos apreendidos são meros relatórios gerenciais, extracontábeis e não comprovam o dolo específico.

Diante dessa situação, é **correto** afirmar que:

- a.  A materialidade do crime contra a ordem tributária só se tipifica após o lançamento definitivo do crédito tributário, o que ocorreu. Os documentos apreendidos são provas da omissão dolosa de receita para suprimir ou reduzir tributo.
- b.  Os documentos apreendidos são extracontábeis, que não podem ser utilizados como instrumento de prova pelo Ministério Público Estadual na denúncia, já que não são hábeis para comprovar o dolo específico da supressão ou redução de tributo.
- c.  A conduta da Companhia Minas Gerais configura apenas infração administrativa, punível com a multa pecuniária já aplicada, não podendo a companhia ser duplamente penalizada, ou seja, na esfera administrativa e na criminal.
- d.  A denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual é inepta, já que as provas obtidas foram geradas pela própria Companhia Minas Gerais, o que impede que sejam utilizadas na denúncia.
- e.  A denúncia do Ministério Público Estadual deveria ter sido oferecida antes do lançamento definitivo do tributo, de modo que a Companhia Minas Gerais tivesse a oportunidade de apresentar defesa prévia à autoridade fiscal.

**76.** Ao final de um exercício financeiro, um ente da federação apresentou os seguintes valores relativos aos ingressos de recursos.

Ingresso de recurso relativo a:	Valor (R\$)
Alienações de bens	100.000
Contribuições de melhoria	80.000
Fundo de participação	60.000
Operações de crédito	90.000
Amortizações de empréstimos	40.000
Cobrança de dívida ativa	30.000
Cauções e fianças de licitações	20.000

O valor do total dos ingressos de recursos classificados na categoria econômica de receitas de capital é de:

- R\$ 200.000.
- R\$ 230.000.
- R\$ 260.000.
- R\$ 280.000.
- R\$ 310.000.

**77.** A lei orçamentária que estabelece normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é a Lei:

- De gestão fiscal.
- Orçamentária anual.
- Do plano plurianual.
- Da execução orçamentária.
- De diretrizes orçamentárias.

**78.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, é chamada de:

- Provisão orçamentária.
- Suprimento de fundos.
- Destaque orçamentário.
- Transferência voluntária.
- Modalidade de aplicação.

**79.** De acordo com as normas sobre orçamento previstas na Constituição Federal, os orçamentos que, compatibilizados com o plano plurianual, têm entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, são o:

- Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Orçamento de capital referente aos valores das despesas a serem aplicadas em programas estruturantes para o desenvolvimento nacional e regional.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

**80.** O orçamento por programas é um instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

O instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo é chamado de:

- Ação.
- Função.
- Empenho.
- Iniciativa.
- Projeto.

**Página  
em Branco.  
(rascunho)**

**Página  
em Branco.  
(rascunho)**

Utilize a grade ao lado para anotar as suas respostas.

**Não destaque esta folha.** Ao entregar sua prova, o fiscal irá destacar e entregar esta grade de respostas que você poderá levar para posterior conferência.



# GRADE DE RESPOSTAS

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

S07 Perito Oficial Criminal • Ciências Sociais Aplicadas

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

